

## **AS SOLUÇÕES EXISTEM**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 26.11.1981

Não há razão para sermos pessimistas quanto às perspectivas da sociedade brasileira. As soluções existem e estão sendo amadurecidas no bojo da própria crise em que vivemos. Essas soluções, entretanto, só se efetivarão na medida em que as eleições de 1982 garantam legitimidade ao novo governo e às políticas econômicas e sociais que então começarão a se definir.

A crise política brasileira é uma crise de legitimidade e de poder: a sociedade civil não se sente representada no Governo militar (tecnoburocrático) e deixou de lhe delegar poder. A crise econômica, por sua vez, é uma crise de reestruturação: os desequilíbrios do modelo de subdesenvolvimento industrializado, orientado para a concentração de renda e o consumo de bens de luxo, desembocaram em uma crise de balanço de pagamentos que a elevação dos preços do petróleo em 1973 aprofundou dramaticamente. As duas crises estão interligadas, sendo que a solução da crise econômica depende não apenas da maturação de transformações estruturais que a dinâmica do capitalismo acaba engendrando, mas também da renovação do poder político brasileiro em níveis de maior legitimidade.

A crise econômica, uma vez desencadeada, assume sempre no capitalismo tecnoburocrático (ou de Estado) contemporâneo o caráter de uma crise distributiva: diante da desaceleração das taxas de crescimento da produção, agravada no presente caso pelo empobrecimento absoluto representado pela elevação dos preços do petróleo importado, a luta ao nível do Estado pela distribuição do excedente assim relativamente reduzido torna-se dramática. O aumento do processo de endividamento externo e interno (inflação compensatória) pode adiar ou reduzir a desaceleração econômica e o conflito distributivo, mas implica em que a renda se torne provisoriamente maior do que a produção, agravando a crise seguinte. Desta forma temos um processo em que a crise engendra a própria crise, na medida em que ninguém quer pagar seus custos.

A solução para esse tipo de crise distributiva nos anos quarenta e cinquenta foi impor o pagamento da conta aos trabalhadores e ao setor exportador agrário mercantil (café principalmente). Nos anos sessenta e setenta, esgotada a potencialidade do confisco cambial, os trabalhadores foram as vítimas exclusivas. Mas desde meados dos anos setenta também os trabalhadores, com seu poder aumentando, recusam muito compreensivelmente o sacrifício. Daí o impasse.

A atual política econômica recessiva determinada pelos banqueiros internacionais foi uma forma de solução do problema que teria a vantagem política de indiscriminadamente atingir trabalhadores, classe média tecnoburocrática e burguesia. Mas além de ser falacioso esse caráter indiscriminado do ponto de vista distributivo da política econômica recessiva, já que os monopólios são muito menos atingidos, ela é também ineficiente. Ao atingir, por exemplo, tanto empresas com alto coeficiente de importação quanto empresas que pouco ou nada importam, essa política econômica conduz a um processo de reestruturação da economia extremamente custoso. O custo pode ser tão grande, não apenas do ponto de vista social, mas também do econômico, que afinal a reestruturação econômica se frustra. Na verdade, a política econômica ortodoxa, recessiva, é um remédio bárbaro, semelhante à sangria da medicina antiga, que debilitava senão matava o doente ao invés de curá-lo.

A saída da crise econômica está obviamente em uma reestruturação econômica, que permita ao país importar menos e exportar mais. Importar menos significa reduzir o consumo de luxo mais do que substituir importações, já que há pouco a ser substituído com vantagens econômicas reais; significa antes reduzir a produção e a utilização de automóveis, de televisores à cor, de aparelhos de alta-fidelidade, de turismo aéreo, do que aumentar a produção de álcool, já que a produção de álcool é ainda muito mais cara do que a importação de petróleo.

Exportar mais, por sua vez, significa não apenas estimular a exportação agrícola mas principalmente a de manufaturados. E entre estes, estimular a produção e a exportação de manufaturados trabalho-intensivos mas tecnologicamente sofisticados. Existe uma idéia absolutamente injustificável de identificar os capital-intensivos com os setores tecnologicamente sofisticados e os setores trabalho-intensivos com os setores de baixa tecnologia. A indústria eletrônica, por exemplo, é um desmentido desse tipo de correlação simplista.

Nossa vantagem comparativa na produção de bens trabalho-intensivos e de alta tecnologia não está apenas em dispormos de mão-de-obra barata. Está também no fato pouco reconhecido de que dispomos de um corpo de engenheiros e de administradores e de um quadro institucional de empresas e de organismos de pesquisa tecnológica que nos permitem absorver e em seguida criar tecnologia altamente sofisticada.

Uma política industrial inovadora no Brasil deverá privilegiar esse tipo de indústria, garantindo-lhe vantagens de todos os tipos. Mas em compensação deverá exigir que a nova indústria exporte tanto quanto produza para o mercado interno. Foi-se o tempo em que o Brasil era um país primário-exportador substituidor de importações. O Brasil já é um país principalmente exportador de manufaturados, e qualquer política de estímulo a determinados setores industriais deve partir desse fato e garantir que nossas exportações cresçam ainda mais.

Mas está claro que esta reestruturação econômica não poderá ser feita nem contando-se apenas com as forças do mercado nem sem sacrifícios.

A oposição, que se prepara para assumir o poder em 1982 nos principais estados e em 1984 no plano federal, deve ter muito claros para si estes fatos. Sua maior legitimidade política lhe permitirá governar com muito maior efetividade. Mas para isto será necessário não apenas a imaginação que permita encontrar soluções novas, mas também aceitar a idéia de que será necessário realizar sacrifícios.

No Brasil temos a tendência a comer o bolo e ao mesmo tempo querer guardá-lo. Isto é rigorosamente impossível enquanto a economia brasileira não voltar a crescer de forma sadia, sem endividamento. A reestruturação da economia só é viável com um governo legítimo que tenha a coragem não apenas de pensar de forma inovadora, mas também de impor sacrifícios.

Estes sacrifícios terão, naturalmente, que ser impostos de maneira seletiva. Não basta dizer o óbvio: que os capitalistas deverão pagar mais do que os trabalhadores. É preciso distinguir os capitalistas entre os rentistas e especuladores de um lado e os empresários de outro e fazer os primeiros pagar mais do que os últimos, caso contrário os investimentos se estancarão. Entre os empresários, é preciso distinguir os que produzem bens e serviços de luxo e penalizá-los, ao mesmo tempo que se favorecem os setores

produtores de manufaturas exportadas principalmente se forem tecnologicamente sofisticadas e valorizarem o trabalho nacional.

O PMDB tem condições particularmente favoráveis para realizar uma política dessa natureza, na medida em que não é um partido puramente burguês, como o PP, o PDS, nem um partido basicamente operário, como o PT. O PMDB realiza uma síntese contraditória mas ao que tudo indica operacional de tendências burguesas liberais e socialistas democráticas. Imune aos radicalismos e profundamente avesso a qualquer tipo de autoritarismo, o principal partido da oposição tem as condições essenciais para, através da vitória nas urnas em 1984, encaminhar conjuntamente com os demais partidos a solução da crise econômica em que vivemos.

É claro que para isto não existem fórmulas mágicas. E, mesmo depois da possível vitória provável, um largo caminho terá que ser percorrido. A crise distributiva estará presente estabelecendo os limites políticos para a solução dos problemas econômicos. A legitimidade do novo governo será seu grande trunfo na medida em que será preciso enfrentar a crise distributiva e impor os sacrifícios necessários até que a economia volte a crescer.

É cedo, entretanto, para nos preocuparmos excessivamente com esses problemas. Por enquanto basta termos consciência deles e termos certeza de que saberemos resolvê-los. Porque o problema imediato é a unidade das oposições e a vitória nas eleições de 1982. E para isso ainda há muito a fazer.(26/11)